

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO NOVO PDU VITÓRIA - ES

1° PROCESSO N° 13098/2017

PROPONENTE: Vereador Wanderson Marinho

DEMANDANTE: Vereador Wanderson Marinho

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 13098/2017

Tipo: Requerimento: 360/2017 Área do Processo: Legislativa Data e Hora: 13/12/2017 19:45:04 Procedência: Wanderson Marinho

Assunto: Emenda Modificativa ao Plano Diretor Urbano (PDU), Projeto de Lei nº 290/2017, Processo 11398/2017 "Acrescenta o Inciso V ao Artigo 28 do PDU. Define o critério de baixa renda

para participação da Zeis."

roce: so: 13098/2017

ipo: Requerimento: 360/2017 area do Processo: Legislativa Data e Hora: 13/12/2017 19:45:04

rocedência: Wanderson Marinho

Assunto: Emenda Modificativa ao Plano Diretor Urbano (PDU) rojeto de Lei nº 290/2017, Processo 11398/2017 "Acrescenta o nciso V ao Artigo 28 do PDU. Define o critério de báixa renda

ara participação da Zeis."



urbano (PL 290/2017) contido no

EMENTA: ACRESCENTA O INCISO V AO ARTIGO 28 DO PDU. DEFINE O CRITÉRIO DE BAIXA RENDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ZEIS.

Artigo 1°. Fica acrescido ao artigo 28 o seguinte inciso:

Artigo 28. São critérios para o reconhecimento de uma área como ZEIS 1, no que couber:

(...)

V. os ocupantes do assentamento irregular descritos no inciso I terão obrigatoriamente que residir no perímetro demarcado pelos bairros adjacentes, à área de reconhecimento das ZEIS, e que não possuam nenhuma residência registrada em seu nome.

Parágrafo único. Fica definido como população de baixa renda, pessoas devidamente inscritas programa assistencial do governo (CadÚnico).

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Paulo Pereira Gomes, 13 de Dezembro de 2017.

Wanderson Marinho

Vereador - PSC

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA Av. Marechal Mascarenhas de Moraes 1788, Bento Ferreira, CEP 29050-940 Vitória/ES

E-mail: wandersonmarinho@vitoria.es.leg.br - Tel. (27) 3334-4564 / 4565

JUSTIFICATIVA

Sabemos que a propriedade destinada à habitação possui uma função social previsa no artigo 5°, XXIII, da Constituição Federal, sendo um direito e garantia individual.

Para garantir tal direito, é necessário a apresentação da presente modificação, garantindo à população carente o direito de habitação, sendo que só serão reconhecidos como detentores de tal direito aqueles residentes no perímetro em que serão implantadas as ZEIS.

Fica, ainda, definido o que vem a ser baixa renda, passando a compor o rol dos requisitos para reconhecimento de Zona Especial de interesse social, beneficiando assim, os munícipes carentes, moradores de áreas de risco, sendo eles os mais sofridos e prejudicados com a falta de habitação.



Emenda Modificativa ao Plano Diretor Urbano (PL 290/2017) contido no processo nº 11398/2017

EMENTA: ACRESCENTA O INCISO V AO ARTIGO 28 DO PDU. DEFINE O CRITÉRIO DE BAIXA RENDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ZEIS.

Artigo 1º. Fica acrescido ao artigo 28 o seguinte inciso:

Artigo 28. São critérios para o reconhecimento de uma área como ZEIS 1, no que couber:

(...)

V. os ocupantes do assentamento irregular descritos no inciso I terão obrigatoriamente que residir no perímetro demarcado pelos bairros adjacentes, à área de reconhecimento das ZEIS, e que não possuam nenhuma residência registrada em seu nome.

Parágrafo único. Fica definido como população de baixa renda, pessoas devidamente inscritas em programa assistencial do governo (CadÚnico).

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Paulo Pereira Gomes, 13 de Dezembro de 2017.

Wanderson Marinho

Vereador - PSC

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes. 1788, Bento Ferreira, CEP 29050-940 Vitória/ES E-mail: wandersonmarinho@vitoria.es.leg.br - Tel. (27) 3334-4564 / 4565

JUSTIFICATIVA

Sabemos que a propriedade destinada à habitação possui uma função social previsa no artigo 5°, XXIII, da Constituição Federal, sendo um direito e garantia individual.

Para garantir tal direito, é necessário a apresentação da presente modificação, garantindo à população carente o direito de habitação, sendo que só serão reconhecidos como detentores de tal direito aqueles residentes no perímetro em que serão implantadas as ZEIS.

Fica, ainda, definido o que vem a ser baixa renda, passando a compor o rol dos requisitos para reconhecimento de Zona Especial de interesse social, beneficiando assim, os munícipes carentes, moradores de áreas de risco, sendo eles os mais sofridos e prejudicados com a falta de habitação.



Emenda Modificativa ao Plano Diretor Urbano (PL 290/2017) contido no processo nº 11398/2017

EMENTA: ACRESCENTA O INCISO V AO ARTIGO 28 DO PDU. DEFINE O CRITÉRIO DE BAIXA RENDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ZEIS.

Artigo 1º. Fica acrescido ao artigo 28 o seguinte inciso:

Artigo 28. São critérios para o reconhecimento de uma área como ZEIS 1, no que couber:

(...)

V. os ocupantes do assentamento irregular descritos no inciso I terão obrigatoriamente que residir no perímetro demarcado pelos bairros adjacentes, à área de reconhecimento das ZEIS, e que não possuam nenhuma residência registrada em seu nome.

Parágrafo único. Fica definido como população de baixa renda, pessoas devidamente inscritas em programa assistencial do governo (CadÚnico).

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Paulo Pereira Gomes, 13 de Dezembro de 2017.

Wanderson Marinho

Vereador - PSC

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes 1788, Bento Ferreira, CEP 29050-940 Vitória/ES E-mail: wandersonmarinho@vitoria.es.leg.br - Tel. (27) 3334-4564 / 4565

JUSTIFICATIVA

Sabemos que a propriedade destinada à habitação possui uma função social previsa no artigo 5°, XXIII, da Constituição Federal, sendo um direito e garantia individual.

Para garantir tal direito, é necessário a apresentação da presente modificação, garantindo à população carente o direito de habitação, sendo que só serão reconhecidos como detentores de tal direito aqueles residentes no perímetro em que serão implantadas as ZEIS.

Fica, ainda, definido o que vem a ser baixa renda, passando a compor o rol dos requisitos para reconhecimento de Zona Especial de interesse social, beneficiando assim, os munícipes carentes, moradores de áreas de risco, sendo eles os mais sofridos e prejudicados com a falta de habitação.



CAMARA MUNICIPAL II. VITÓRIA
Processo Folha Rubrica
13098 04 A

W Pales W	And the second s
	AO DEL
	AO DEL PARA PROVIDÊNCIAS CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
	CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
	Andressa Viana Scardua Lopes
	Andressa Viana Scardua Lopes Matricula: 6777 CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
	CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA
	14/12/17
*	
	Em, 19 1/2 120 /7
· (n	DIRETOR
	APROVADO
	APROVADO AO DAL P/ PROVIDÊNCIAR. Em. 19 1 120 13
	Presidente da Câmara

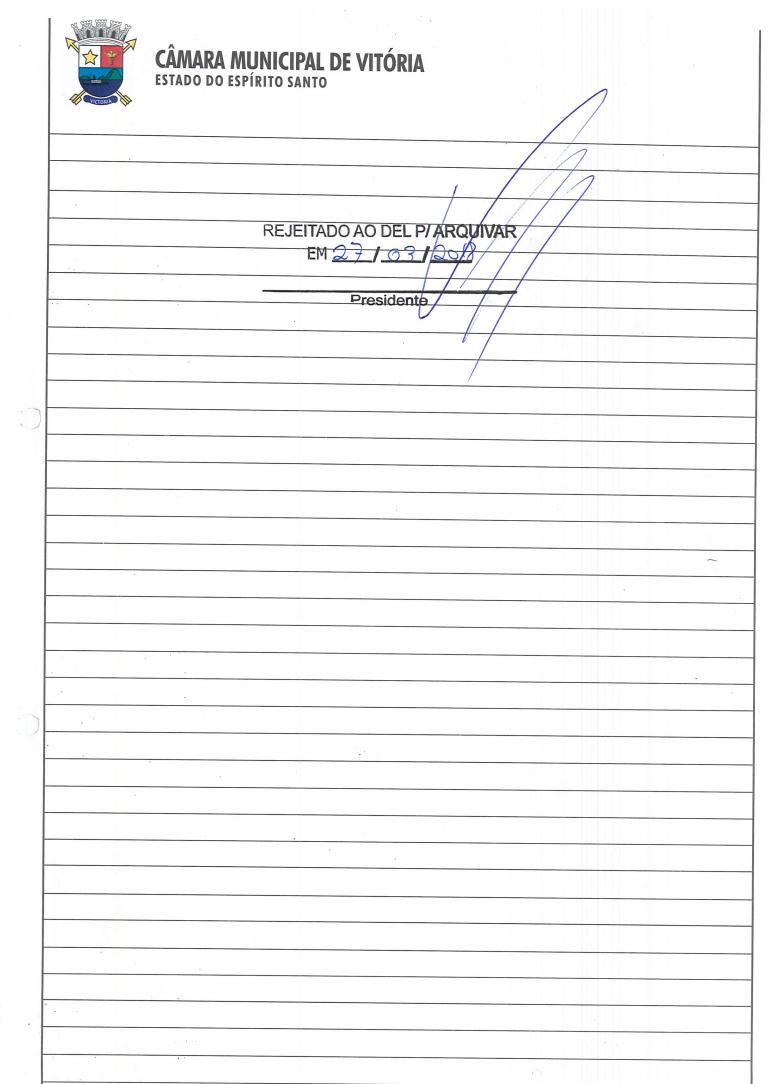


DESPACHO

Apense-se a presente Emenda ao projeto de Lei nº 290/2017, oriundo do processo nº 11398/2017, para análise das Comissões pertinentes, conforme prescreve o precedente regimental nº 06/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

SWLIVAN MANOLA
Diretor do Departamento Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



Reg: 360/2017 Matéria: votação 27 21º Sessão Ordinária 27/03/2018 - 18:27:34 às 18:28:17 Nominal votos Sim <u>Total de Presentes</u>: 15 Parlamentares Partido Voto Horário PROG Nao 18:27:41 PTB Nao 18:27:46 **PSB** Nao 18:28:13 **PPS** 18:27:44 Nao PPS Nao 18:27:37 PV Nao 18:27:47 PDT Nao 18:27:54 PSD Nao 18:27:52 PSB Nao 18:27:57 **PSDB** Sim 18:28:09 PTB Sim 18:27:41 PDT Nao 18:27:42 PPS Nao 18:27:53 Wanderson Marinho **PSC** Sim 18:27:40

Totais da Votação:

Reunião:

Data:

Tipo:

Turno:

Quorum: Condição:

35

33

17

29

30

24

9

32

31

11

34

28

36

20

Ata

N.Ordem Nome do Parlamentar

Leonil

Cleber Felix

Dalto Neves

Davi Esmael

Max da Mata

Neuzinha

Denninho Silva

Luiz Paulo Amorim

Mazinho dos Anjos

Nathan Medeiros

Roberto Martins

Sandro Parrini

Waguinho Ito

NÃO SIM 3 11

TOTAL 14

PRESIDENTE

SECRETÁRIO